



GT 50. Gênero, ciência e natureza

Coordenador(es):

Jane Araújo Russo (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Fabíola Rohden (UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Sessão 1

Debatedor/a: Marcos Castro Carvalho (UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Sessão 2

Debatedor/a: Daniela Tonelli Manica (Unicamp)

Tradicionalmente, a oposição Natureza X Cultura pressupunha a ideia de uma seara própria da Natureza, em oposição às produções vindas da sociedade, aí incluídas a ciência e a tecnologia. A “volta” à natureza seria também o afastamento da tecnociência. Assiste-se atualmente a uma curiosa bricolagem, que articula o alto valor atribuído à Natureza com a atribuição de um valor igualmente elevado ao discurso científico e à biotecnologia. No escopo desse embricamento, a concepção de um corpo natural não se opõe à possibilidade de treinamento e/ou transformação biotecnológica. Ao contrário, o discurso acerca de um corpo natural (pré-social, biologicamente pré-dado) se acopla ao discurso das evidências científicas, a Natureza sendo vista como passível de aprimoramento. A proposta do GT é acolher discussões que englobem novas configurações ideológicas e novas construções corporais que tratem da articulação entre gênero, ciência e natureza, colocando como possibilidades: tecnologias e adestramento em experiências de gestação e parto; hormônios como agentes na construção do gênero; transformações corporais via recursos cirúrgicos e farmacológicos; reconfigurações da natureza no campo das biotecnologias.

A opção da reconstrução mamária: dilemas de mulheres mastectomizadas

Autoria: Lara Virgínia Saraiva Palmeira (UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Enquanto muitas mulheres sonham com o seio perfeito através do implante de silicone, a mulher mastectomizada? aquela que retirou o seio total ou parcialmente por conta do câncer de mama? possui a opção da reconstrução mamária na intenção de tentar recompor seus corpos mutilados. Longe de ser uma escolha simples, tal negociação é permeada de ambiguidades e vários fatores são considerados na hora da reconstrução. Relembrar o quanto o seio é um órgão extremamente simbólico e vinculado ao feminino, além de ser um importante componente de uma feminilidade que valoriza um ideal de corpo perfeito em nossa sociedade é imprescindível. A legislação brasileira garante o direito a reconstrução pela lei 13.770 de 19 de dezembro de 2018 e garante ainda o direito ao procedimento de tornar simétricas ambas as mamas e ao procedimento de reconstrução das aréolas mamárias. O discurso biomédico encontrado no campo de pesquisa, representado em sua maioria por médicos homens, valoriza explicitamente a transformação biotecnológica e comenta a “evolução fabulosa” de tal método, ressaltando que a mulher não precisa perder a mama, pois “passamos dessa época?”. Entretanto, a maioria das interlocutoras da pesquisa optaram pela não reconstrução e demonstram orgulho da falta de seio no mesmo compasso que não renunciam o uso de próteses de tecido que elas mesmas fabricam e utilizam em suas peças íntimas. Os principais motivos alegados é que não desejam passar por cirurgias novamente, que não “precisariam” mais do peito? a maioria já tem mais de 50 anos, os filhos são adultos - e algumas comentam sobre quão é doloroso o processo de reconstrução. Questões relativas à sexualidade não são comentados de imediato. Marcadores



como geração, classe social, grau de escolaridade influenciam diretamente essa escolha. As questões de gênero são presentes na temática no que diz respeito a construção de uma feminilidade que responde a um tipo de mulher que é valorizado e cultivado: a mulher que se cuida, é bonita, vaidosa (e por isso, tem uma boa autoestima), representada pela cor rosa. Vale salientar que a medicina influenciou diretamente a construção do corpo feminino pensado em seu aparato biológico e construindo sobre esse corpo as funções que passaram a caracterizar a mulher e sua ?natureza feminina?. O processo de fragmentação e de alienação do corpo feminino no contexto do saber biomédico também fazem parte dessa análise.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: